

CULTURA

# PAPO DE ÍNDIO

Txai Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias

## Para que serve ler e escrever?

Nieta Lindenberg Monte

**C**ontinuando nosso papo, aproveito esta página toda branca, toda de índio, para passar a vocês, pacientes leitores, outras mirações sobre as escolas da floresta.

O tema de hoje é ainda ligado a nosso trabalho com os professores índios do Acre. Explora a discussão de como se vem fazendo esta difícil passagem da voz à letra entre povos indígenas de tradição oral. Busca-se esclarecer, com dados históricos regionais, a

polêmica questão da conquista da escrita por sociedades ágrafas, que até recentemente viviam sob o signo do som. Será esta passagem uma maldição colonial? Ou podem os sujeitos subalternizados, ao apropriarem-se do alfabeto, inscreverem novas formas de relacionamento com a sociedade nacional? Sobre estas interrogações, dentro de uma perspectiva histórica e pedagógica, podemos conversar agora.

## A Escrita do Contato

Até finais do século passado, os grupos indígenas habitantes desta região amazônica constituíam sociedades de tradição predominantemente oral. Os primeiros contatos mais permanentes com as frentes de expansão extrativistas, foram progressivamente incorporados à economia da borracha, constituindo-se mão-de-obra dos seringais. Desta forma, entraram no mundo da escrita, sem, contudo, dominarem seu uso. Como fregueses dos barracões, o desconhecimento da escrita os subordinava às dívidas muitas vezes impagáveis, enganados no preço e peso dos produtos no comércio com seus patrões. Seu interesse pela escrita, desde então, é registrado em estudos etnográficos clássicos sobre esta região. Castelo Branco (1950), referindo-se aos Kaxinawá do Jordão, conta:

"Adianta Sombra que eles pedem para escrever num papel os nomes e apelidos deles e, quando satisfeitos, ficavam muito alegres, guardando cuidadosamente esses papéis por os considerarem muito preciosos, talvez por notarem a precaução com a qual os seringueiros conservavam as contas recebidas dos patrões" (Castelo Branco, 1950: 54)

A escrita alfabética e numérica, objeto cultural desconhecido, até a vigência da empresa seringalista, dos Kaxinawá e dos demais grupos da região passam a ser almejadas desde então. Escrita que é de fato difundida mais extensivamente nos últimos 15 anos entre os índios acreanos, com a demanda pela escolarização dos jovens professores, através do Projeto de Educação Bilingüe da Comissão Pró-Índio do Acre. Anteriormente, experiências isoladas e diversas de alfabetização tiveram lugar nas aldeias: o antigo Mobra, algumas escolas dos patrões seringalistas, variadas escolas-missionárias em língua materna, promovidas por grupos religiosos fundamentalistas, católicos e luteranos, escolas oficiais de prefeituras em alguns dos municípios onde localizam-se as poucas Terras Indígenas próximas de cidades como Feijó, Tarauacá, Manuel Urbano, etc.

Do ponto de vista de seus organizadores, os objetivos que moveram a experiência educacional de formação de novas escolas indígenas, desde a sua gênese, sob a regência dos jovens professores índios, relacionavam-se à vida comercial dos seringueiros, em processo de emancipação dos seringais do patrão.

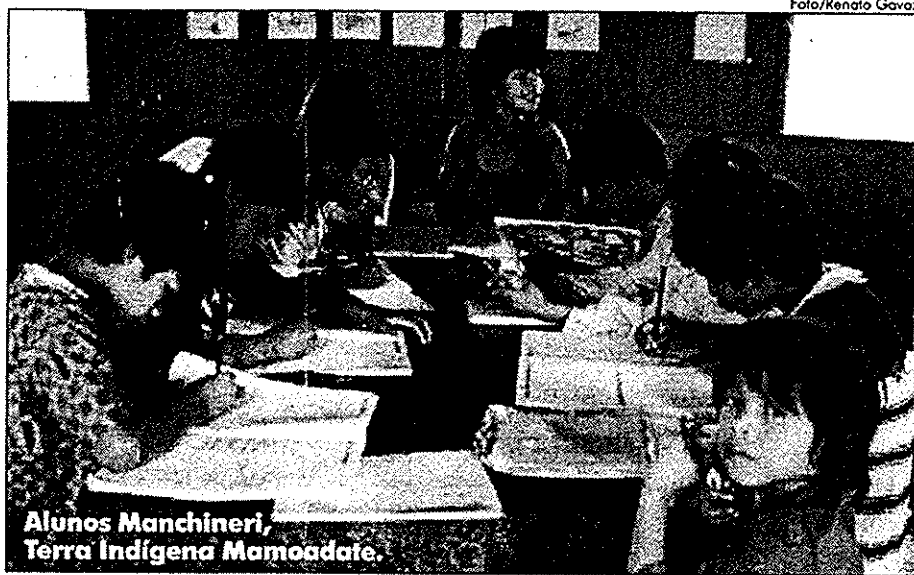
"O trabalho tinha objetivos definidos: preparar os cantineiros na organização dos livros de conta corrente e de toda a contabilidade de suas cooperativas e iniciar processo de alfabetização que preparasse os próprios índios para serem os futuros professores de sua comunidade". (Diniz e Maia, C., 1978, apud Aquino e Iglesias, 1992)

Desde os primeiros anos de contato, a escrita era esteve relacionada à produção econômica da borracha e às relações de troca comerciais entre os índios seringueiros e o barracão dos patrões. O livro de conta corrente, documento de importância vital para a sobrevivência do seringueiro, não só constituiu, como foi a expressão material de sua primeira relação com a escrita alfabética e numérica: tal livro, presente nos seringais amazônicos desde finais do século XIX, era considerado escrita de valor incomparável, geralmente guardado com extremo cuidado pelo gerente aviado, aquele que mediava as relações entre o patrão e seus fregueses. Sua leitura, restrita aos poucos indivíduos letrados, era razão de grande curiosidade pelos demais habitantes do seringal, submetidos que estavam aos padrões seringalistas e às suas leis de preços dos produtos, oficializados nestes documentos.

O valor destas escritas é atestado também em episódio narrado por Terri Aquino em viagem à cidade de Tarauacá para aposentar velhos Kaxinawá em 1976:

Nenhum deles possuía documentação, além das velhas contas correntes e notas de mercadorias fornecidas pelos patrões[...] Solicitaram minha ajuda para organizar os velhos e novos livros de conta corrente dos fregueses (Aquino e Iglesias, 1994: 5).

**"O estudo serve para ler as escrituras de 100 anos atrás"**



Alunos Manchineri, Terra Indígena Mamoadate.

## A conquista da escrita

"Um problema que tivemos que enfrentar no início de nossa cooperativa, é que ninguém sabia ler e escrever para organizar a contabilidade, anotar a produção dos fregueses e as mercadorias que eles consumiam [...] Hoje nós temos 6 professores índios em nossa área fazendo todos os cursos de treinamento com os professores da Comissão Pró-Índio do Acre. Aprendemos a ler e escrever tanto em português como na própria nossa língua e sabemos um pouco de matemática para não sermos mais enganados em nossas transações com os comerciantes e compradores de nossa borracha na cidade e vilas do Município de Tarauacá. Podemos dizer que, graças a nossa cooperativa, várias pessoas do meu povo já sabem ler e escrever, sabem fazer conta e os seus próprios negócios sem serem mais tão enganados como antigamente...." (Siã, apud Aquino e Iglesias, 1994: 41).



Professora Fátima Yawanawá

A vontade de criação de escola indígena acreana foi parte de um projeto de libertação das relações sociais de "cativoiro", vividas desde há um século pelos grupos indígenas da região. Correspondeu a uma extrema valorização da escrita alfabética, concebida como veículo de renovação da identidade étnica naquele contexto histórico, em que reordenavam-se as relações entre o capital regional e os grupos indígenas e seringueiros, enquanto classes trabalhadoras do extrativismo.

"O estudo serve para muitas coisas que têm no mundo das leituras: primeiro é conhecer as letras e depois formar palavras e assinar os nomes. Serve para fazer bilhete e anotar as mercadorias que compram na cooperativa. E serve para tirar conta dos fregueses e quando souber anotar as mercadorias e tirar a

conta já serve para tomar conta da cooperativa indígena" (Mana, Kaxinawá, 85, apud Monte e Olinda, 1986)

"Serve para não ser roubado pelo patrão branco, para saber como é que leva para frente nossa cooperativa e como podemos viver na nossa área com nosso povo..." (Tene, Kaxinawá, idem)

A ênfase dada à escrita no âmbito do escolar pode ser explicitada pelos professores indígenas do referido projeto durante suas atividades didáticas em cursos de formação. Escreveram eles em língua

portuguesa durante seu próprio processo de alfabetização, quando convidados a refletir sobre suas concepções e perspectivas a respeito da aquisição linguística bilingue nas nascentes escolas indígenas.

"O estudo do português serve para ler as escrituras passadas de uma hora, uma semana, 20, 80 ou 100 anos atrás. (Kiã Kaxinawá, 85 apud ibidem)

A relação entre estudo e escrita em Língua Portuguesa

contitue-se, na representação dos falantes, com a função de construção da História, recurso mnemotécnico para o registro e recuperação dos tempos passados até "100 anos atrás".

Também amplia e aprofunda a possibilidade de registro e elaboração de sistemas de denominação e ordenação do espaço físico e geográfico circundante.

Serve para escrever nomes de gente, pássaro, peixe, caças e nomes de árvores, terras, praias, pedras. Nomes de cobras, plantas, sol, lua, estrelas. Nomes de abelhas..." (idem)

Tempo e espaço, portanto, aprisionados pela escrita com seu forte poder de instrumento auxiliar à memória e à experiência cognitiva classificatória. Eis as expressadas, na pré-história do letramento destas sociedades, as concepções de linguagem escrita, relacionadas à língua portuguesa, por meio da escola indígena.